

A IGREJA NO NORDESTE: BREVES NOTAS HISTÓRICO-CRÍTICAS

Cláudio Perani

(Publicado originalmente nos *Cadernos do CEAS* n.º94, nov.-dez. 1984, p. 53-65)

Na ocasião dos 15 anos dos Cadernos do CEAS não podiam faltar algumas considerações sobre a Igreja, uma vez que a nossa revista sempre tratou esse tema procurando apresentar e discutir as novidades e os impasses da pastoral popular.

A referência ao Nordeste é inevitável. Nessa região operou-se uma profunda mudança da Igreja, antes e depois de 1964, influenciando o com isso a pastoral do Brasil inteiro. A situação de extrema exploração, revelando o abismo existente entre o pequeno grupo da burguesia dominante e a massa dos trabalhadores oprimidos, deve certamente ter contribuído para essa transformação.

Essa situação reforça a necessidade de participação comunitária nas decisões, de forma articulada com os educadores, como único caminho para o povo exercer um direito que lhe está sendo subtraído - o direito à educação pública e gratuita.

As causas são várias e complexas. Desejamos somente salientar o avanço da Igreja nestes últimos anos, para depois tecer algumas considerações críticas.

Sempre houve certa solidariedade da Igreja com os latifundiários e uma grande preocupação com o próprio rebanho. Gregório Bezerra conta nas suas *Memórias* um problema surgido com o bispo de Pesqueira no ano de 1960: "Iniciara-se um período de seca e o campesinato pobre do agreste e do sertão entrou a passar fome. O bispo conseguira uma grande quantidade de charque e gêneros alimentícios (feijão, farinha, milho, leite em pó) e ia distribuir os donativos à massa flagelada; mas só queria salvar o corpo dos que já tinham a alma garantida, isto é, só queria dar alimentos aos que confessavam e comungavam. Isso provocou enérgicos protestos. Sua Eminência recuou, mas tratava-se de um recuo tático, limitado: passou-se a fazer discriminação na quantidade, de maneira que os católicos recebiam mais e os não-católicos recebiam menos. (...) O bispo de Pesqueira passou a atacar ainda mais furiosamente a liga camponesa e o 'agente do imperialismo russo Gregório Bezerra'. Precisamos contratar e desmascarar o ilustre prelado como instrumento consciente dos latifundiários".¹

Na caminhada, a Igreja abriu-se para o povo e para um ecumenismo abrangente. Pe. Edgar Carício de Gouveia, vigário de Igarapeba-Pe, afirmava em 1963: "É melhor a gente estar com as massas do que com um pequeno número de pessoas poderosas. O pequeno número vem depois". Mais tarde, em 1968, Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, assassinado pela repressão no Recife, dá seu depoimento: "A minha tarefa básica é a reconciliação, que deve prescindir da religião, e levar as pessoas a uma maior autenticidade (...). É uma ação sem manchetes nem fachadas; não pretendo trabalhar nas cúpulas: acredito nas coisas de base (...). Nunca fui escolhido pelo bispo, nem acho isso importante. Fui escolhido pelo povo, os estudantes com quem convivo diariamente (...). Mantenho entre a juventude um contato permanente com pessoas de outras crenças e religiões: protestantes, judeus, espíritas e ateus. A missa que celebro é ecumênica; mesmo os que não são cristãos se sentem de tal maneira a comungar também (...) Os setores de esquerda apenas se opõem aos cristãos que não têm uma fé comprometida com a vida".

Dos latifundiários para as massas trabalhadoras, de posições ferrenhamente anti-comunistas para comportamentos ecumênicos: é uma caminhada de Igreja não sempre retilínea e homogênea, muitas vezes revelando um movimento pendular com avanços e recuos, mas certamente produzindo novidades concretas que modificaram a presença da Igreja na realidade nordestina.

Exemplo dessa mudança pode ser considerado o encontro das Comunidades Eclesiais de Base realizado em Canindé-CE, de 4 a 8 de julho de 1983. Apesar de ser um encontro nacional, a presença nordestina, sobretudo de estados como Maranhão e Ceará onde faz tempo existem as CEBs, foi marcante, revelando uma nova face da Igreja. Esta novidade, sintetizada na famosa frase "opção pelos pobres", consiste numa abertura da Igreja para as massas marginalizadas e, conseqüentemente, para uma vivência de fé mais ligada à problemática da justiça nas relações sócio-econômico-políticas entre os homens. Em Canindé o povo do campo, das periferias urbanas e das fábricas estava presente, prova concreta de uma caminhada de conversão que não ficou nos documentos bonitos, mas que conseguiu dar frutos.

Reconhecido isso e a partir deste dado de fato, as notas seguintes querem ser mais questionadoras. É conhecida a dificuldade que a Igreja tem em fazer auto-crítica. O auto-envolvimento impede também aos cristãos comprometidos na pastoral ter, para seu próprio trabalho, o mesmo olhar crítico que existe em relação à Igreja institucional ou a outros movimentos sócio-políticos. A perspectiva do artigo quer ser a do evangelho: "Por quê olhas a palha que está no olho do teu irmão e não vês a trave que está no teu?".

Para isto pode ajudar uma panorâmica histórica limitada ao período que imediatamente precedeu a 1964. Naquela época lançaram-se sementes que frutificaram mais tarde em direções diferentes, mas cujas raízes já estavam presentes. A problemática da Igreja antes de 1964 pode iluminar os problemas que hoje estamos vivendo.

1. ANTES DE 1964

1.1. O surgimento de uma igreja preocupada com o povo

Nossa referência histórica limita-se a considerar os anos que imediatamente precederam o "golpe" (1960-1964). Nesse período o quadro conjuntural nordestino/brasileiro é bem complexo, diversificado e em evolução. O governo Juscelino Kubitschek tinha impulsionado a expansão capitalista favorecendo a penetração do capital estrangeiro na região Centro-Sul e estendendo-a até o Nordeste. A Sudene foi fundada em 1959. Nos anos considerados, as dificuldades econômicas acentuaram-se; os setores dominantes procuravam, na esfera econômica, uma política de modernização do sistema capitalista e, na esfera política, uma orientação populista. Tal populismo engendrou mecanismos populares de apoio em cujas bases se deu um fortalecimento progressivo de setores populares que, não encontrando seus porta-vozes nos canais partidários tradicionais, se expressavam mais através dos movimentos de cultura popular, de educação popular ou de formas novas de organização, como as Ligas Camponesas. Essa emergência das classes populares pressionava outros setores da sociedade no sentido de uma tomada de posição.

Nesse contexto, ajudada pela abertura provocada pelas encíclicas sociais de João XXIII e pela problemática conciliar, a Igreja se renova procurando um maior contato com o povo e mostrando uma maior preocupação com os problemas sócio-econômicos.

Não foram os bispos (sem excluir algumas exceções) que criaram essa abertura da Igreja. Ela resulta de um processo que frutificou inicialmente em suas bases, por iniciativa, em primeiro lugar, de leigos e, em segundo lugar, de padres e freiras. Enquanto os bispos ficavam mais afastados e protegidos, os outros estavam mais em contato seja com os ambientes da esquerda seja com as camadas populares. Foram as práticas efetivas de setores católicos minoritários que forçavam bispos e setores mais amplos da Igreja para um compromisso social crítico.

No Nordeste teve grande atuação o Movimento de Educação de Base (MEB) de iniciativa da Igreja

Católica e financiado pelo Governo Federal. Seus quadros dirigentes provinham em grande parte da Ação Católica Especializada, em particular da Juventude Universitária Católica, por isso é importante que façamos uma referência a esse movimento, de âmbito nacional, mas que teve um grande influxo no Nordeste.

A JUC sempre foi orientada pelo método "ver-julgar-agir", nascido na Bélgica com Cardijn e a JOC, com o objetivo de afirmar a unidade de vida do jovem trabalhador e ajudá-lo a viver sua fé no ambiente de trabalho. Esse método permitiu ao movimento católico uma abertura para o social e o político, num primeiro momento limitado ao mundo universitário, para depois abrir-se à sociedade toda. A JUC superava o dualismo fé-política, apesar de ter vivido sempre a tensão dessa relação. Na caminhada iniciada foi descoberta a necessidade de uma compreensão mais concreta, mais "científica" da realidade. O "ver" mais superficial, descritivo e fenomênico das primeiras análises, tinha que ser aprofundado para permitir uma compreensão mais profunda e global da realidade, descobrindo as causas dos problemas detectados.

O contato com os comunistas permitiu à JUC uma caminhada de aprimoramento de seu instrumento de análise, unindo seus princípios cristãos a elementos pro vindo das ciências sociais, em particular, da sociologia marxista.

As etapas dessa caminhada passam pelos momentos identificados pelas idéias de **ideal histórico** e de **consciência histórica**.

O pe. Almerj Bezerra, assistente de Recife, apresentou um trabalho em 1959 (*Da necessidade de um ideal histórico*) em que, reconhecendo o caráter mais especulativo da Doutrina Social da Igreja, afirmava: "É absolutamente necessário, em vista de um engajamento cristão eficaz na ordem temporal, que se faça uma ampla e cuidadosa reflexão sobre as realidades históricas concretas (segundo tempo e lugar), à luz dos princípios universais cristãos, em busca da fixação de certos **princípios médios** (grifo do autor), que exprimem o que se pode chamar de ideal histórico cristão". No Congresso dos 10 anos (4-5.07.60) são esboçadas umas linhas gerais desse Ideal Histórico: no nível religioso a orientação fica bastante tradicional; no nível econômico apresenta-se uma opção pelo desenvolvimento que exige a superação do capitalismo; no nível político menciona-se a importância de os partidos estarem ligados aos interesses das classes menos favorecidas.

Os compromissos concretos dos jucistas - na política estudantil, nos movimentos de cultura popular, no sindicalismo rural, no MEB... - fazem avançar a discussão teórica e a abertura do movimento para com o povo. No *Manifesto do DCE da Universidade Católica do Rio de Janeiro* (março de 1961) se dizia: "Temos consciência de que a promoção das classes operário-urbanas e campesino-rurais se coloca, neste momento, dentro da perspectiva cristã, como o passo mais largo que a história exige das vanguardas atuantes no sentido da humanização do mundo. Nesta promoção, a educação das massas é uma tarefa da primeira hora". Aparece no *Manifesto* e nos artigos do Pe. Henrique Lima Vaz a idéia de **consciência histórica**: "É a consciência que os homens de uma época determinada adquirem em relação às condições concretas nas quais suas exigências de realização humana devem ser assumidas e, em conseqüência, na direção da história humana dessa época"

Colocou-se então a questão prática crucial: "Conviria que a JUC como movimento assumisse a responsabilidade de um trabalho organizado no plano político? Ou seria melhor que os elementos militando na política universitária se organizassem por conta própria, um grupo próprio?" A opção escolhida foi a segunda, criando-se a Ação Popular (AP). Se em teoria a distinção entre JUC e AP era clara, na prática surgiram tensões que afastaram sempre mais os dois movimentos.

O que aqui nos interessa constatar é a grande presença no MEB de jucistas e das discussões políticas da época. O MEB, com sua discussão teórica centrada nas bases e com seu maior enraizamento na realidade popular, tomava mais concreta a abertura de setores de Igreja para o social e as classes populares.

"O MEB desenvolveu uma original pedagogia popular, engendrando subsídios concretos para uma efetiva integração da teoria com a prática, para a investigação militante, para a educação libertadora. A prática educativa, que se desdobrou em outras práticas, propiciou condições de desenvolvimento de comunidades (...) conduzindo ao surgimento embrionário de uma democracia de base, calcada em atividades concretas que estavam dando substantividade a um poder local, débil mas efetivo"

O Movimento desenvolveu todo um processo de Educação de Base, que procurava favorecer a participação dos interessados, partindo das necessidades e dos meios populares de libertação, e levar a uma ação transformadora, integrando os homens em sua comunidade e na sociedade toda. Mais que os textos teóricos, a prática efetiva do Movimento, que estava a serviço dos trabalhadores rurais em situação de opressão e continuamente em conflito com proprietários e autoridades, contribuiu para uma tomada clara de consciência de classe.

Sobretudo foi dada ênfase ao desenvolvimento comunitário, formando comunidades no âmbito familiar ou de vizinhança, passando pelas de trabalho e associação, até o pequeno povoado ou o pequeno município.

Nessa perspectiva o Movimento não podia ficar numa prática exclusivamente educativa: com rapidez passou de atividades de alfabetização para níveis mais políticos, encaminhando seus alunos e as comunidades para ações comunitárias econômicas e sociais e para uma atuação no sistema eleitoral e no sindicato.

O trabalho de sindicalização rural ocupou grandes forças do MEB, contribuindo para uma orientação mais positiva, alertando, em contraposição às posturas dos bispos e do clero, contra "um perigo real de se imprimir uma orientação anticomunista" e contra "a tendência danosa de formar um sindicalismo cristão e a lastimável realidade de padres - em vários Estados - estarem assumindo a vida sindical realizando assembléias e dirigindo diretorias".

Todo esse trabalho de base teve seu reconhecimento a nível de cúpula e forçou a abertura dos bispos. A *Mensagem da Comissão Central da CNBB* (30.04.63) declarava, entre outras coisas: "Sabemos que o simples acesso à terra não é solução cabal para o problema. Mas o julgamos inadiável para a realização do direito natural do homem à propriedade (...). Para a realização deste imperativo, a desapropriação por interesse social (...) é uma das formas viáveis de realizar, na atual conjuntura brasileira, a função social da propriedade rural".

Neste breve quadro histórico encontramos todos os elementos que permitem explicar a abertura atual da Igreja nordestina. Sobretudo por iniciativa de leigos, através do método Ver-Julgar-Agir e das perspectivas do Ideal e da Consciência Históricas, a Igreja abriu-se ao social, superando o dualismo espiritual-temporal, fé-política, e comprometendo-se com os setores populares, numa dimensão comunitária. Nem tudo foi positivo e tranqüilo. Ao contrário, muitas tensões suscitadas foram resolvidas dentro de uma perspectiva autoritária, que deve ser lembrada.

1.2. Divergências e impasses

Enquanto a nível de "base" estava em andamento essa abertura para os setores populares, a nível mais "hierárquico" as tendências eram diferenciadas.

Há uma orientação desenvolvimentista que confia no poder político, realizando-se assim uma simbiose entre a Igreja e o Estado, bem visível particularmente na criação da Sudene. A preocupação com a problemática social da região e a falta de confiança na capacidade do povo leva a Igreja a aliar-se com o Estado. Nos encontros dos bispos nordestinos (maio de 1956 e maio de 1959) aparecem técnicos e autoridades do governo, são estudados temas econômico-sociais, são exigidos planejamentos adequados, entregando aos economistas, paternalisticamente advertidos, a solução dos problemas. A Sudene - aprovada em dezembro de 1959 - é entusiasticamente apoiada pelos bispos. A falta de uma análise mais classista e a excessiva confiança nos técnicos e nas autoridades não permitiram perceber na época que a Sudene, já em sua gênese, correspondia à necessidade capitalista de uma modernização econômica e de um reforço do controle político do Nordeste, que nada tinham a ver com as necessidades dos oprimidos.

Alguns bispos e padres entram diretamente no campo social favorecendo a sindicalização rural. Começou no Rio Grande do Norte, com base no SAR (1960), daí se estendendo para outras regiões: SORPE (1961) em Pernambuco SORAL (1962) em Alagoas, equipes de sindicalização no Piauí, Sergipe, Maranhão e Bahia. Além da preocupação social, era bem evidente o objetivo de fazer frente ao comunismo considerado presente nas Ligas Camponesas e nos Sindicatos ligados ao PCB. Na linguagem popular as Ligas "eram de Julião" e os Sindicatos "eram dos padres". As Ligas Camponesas, colocando como único inimigo o latifúndio, constituíam uma ameaça à estrutura fundiária da sociedade nordestina e à Igreja ligada ao latifúndio e contrária à luta de classe. Os Sindicatos ligados à Igreja tinham uma tendência reformista, procurando buscar uma solução harmônica das diferenças existentes entre agricultores e latifundiários. A preferência era dada à formação de cooperativas como meio de melhorar a vida dos camponeses.

É fácil compreender como tais orientações entrassem em choque com o trabalho desenvolvido pelos movimentos de Ação Católica Especializada e pelo MEB.

A repressão, seja do governo seja da Igreja, irá atingi-los violentamente sobretudo depois do golpe de 1964. Já antes podemos constatar fortes tensões, desconfiças e medidas disciplinares contra JUC e MEB.

O problema político coloca-se como pano de fundo de muitas discussões e divergências. Já vimos a solução encontrada pela JUC: ou ela mesma adquirir um conteúdo mais político, ou dar origem a um movimento autônomo propriamente político. O segundo caminho escolhido, mais fácil para eliminar determinadas tensões, pode ter contribuído para a luta contra o sistema opressor; talvez não tenha ajudado para um ulterior aprofundamento da dialética fé-compromisso, facilitando a divisão dos campos e - ultimamente - tornando-se um dos motivos do enfraquecimento dos dois polos, representados institucionalmente pela JUC e pela AP.

O que aparentemente mais criava dificuldade era o encontro com os grupos da esquerda marxista. "Nas circunstâncias concretas em que vivemos, os militantes e as organizações católicas não devem entrar em frente comum com os movimentos de doutrina ou ideologia marxista ou capitalista liberal". Essa advertência dos bispos da CNBB ao Assistente-Geral da ACB, Dom Cândido Padim, parece apelar para princípios éticos da Doutrina Social da Igreja, mantendo equidistância entre comunismo e capitalismo. Na prática era aplicada discriminadamente contra os cristãos que colaboravam com movimentos ou grupos de esquerda e não valia para os bispos quando apoiavam a Sudene, certamente de inspiração capitalista. E isso acontecia quando João XXIII afirmava a distinção entre idéias filosóficas e movimentos históricos, abrindo com isso perspectivas práticas de colaboração. Devemos, porém, constatar também uma tensão a nível de base, particularmente no MEB .e.noutros trabalhos populares, quando militantes de formação cristã, encontravam-se com militantes comunistas.

Entretanto, os conflitos dentro da Igreja, de ordem doutrinária ou ideológica, são também conflitos de poder. O Assistente Nacional da JUC, Frei Romeu Dale, numa carta a Dom Helder Câmara em 1961, afirmava com muita honestidade: "Nossos padres e nossos bispos precisam rever o modo de exercer sua autoridade". Os movimentos de ação católica e de educação popular eram integrados por leigos que, na medida em que entravam sempre mais em contato com os setores populares e com militantes de outras ideologias, percebiam novas exigências questionadoras de esquemas eclesiais conservadores. De um lado os leigos sentem a necessidade de um maior espaço decisório dentro da Igreja, doutro lado a hierarquia se sente atacada e reage defendendo o princípio de sua autoridade. Nesse momento apela com facilidade a problemas doutrinários, quando de fato o problema é uma maior responsabilidade dos leigos, considerada como insubordinação pela hierarquia.

Com o golpe de 1964, a repressão interveio mortalmente nos movimentos populares nordestinos. Lideranças camponesas e operárias, agentes de pastoral e militantes de esquerda foram presos e condenados, destruindo-se assim muitas organizações populares. Nesse momento a maior parte da hierarquia é solidária com os autores do golpe. A Ação Católica e o MEB são atingidos. Mas no Nordeste não morrem. Apoiados por Dom Helder Câmara e outros bispos, ficam alguns grupinhos que procuram continuar fiéis à perspectiva de serviço às classes populares.

Entretanto, para ver a fecundidade do esforço anterior a 1964 não se deve ficar numa perspectiva linear. O que foi destruído em 64, de fato, não morreu. Houve uma dispersão que contribuiu para que a abertura da Igreja para os setores populares se reconstituísse numa dimensão nova e bem mais ampla. Foi a partir do trabalho anterior a 64 que nasceram as Com unidades Eclesiais de Base e as várias pastorais populares. A semente frutificou dando origem a uma Igreja popular que consegue realizar, nas novas circunstâncias sócio-políticas e numa dimensão mais amadurecida, as conquistas da época precedente.

Muitos impasses antigos são superados pela maior presença de setores populares dentro da Igreja. Outros voltam sob novas formas. E o que devemos considerar no seguimento do artigo.

2. NASCE UMA IGREJA POPULAR

Foi depois do golpe de 1964 que se concretizou ainda a mais a perspectiva do Pe. Gouveia de "estar com as massas". Enquanto a CNBB divulgava pronunciamento que significava um retrocesso em relação às declarações de 1963, inúmeros leigos, padres e freiras retomavam o caminho do interior e dos bairros periféricos. Sensibilizados pelas condições de vida do povo nordestino e apoiados por alguns bispos da região, antigos militantes e assessores da AC e do MEB, acrescentando-se novos agentes de pastoral nativos do Nordeste ou chegando de fora, mudam de lugar, deixam a sacristia para viver no meio do povo, "acreditando nas coisas da base" - como afirmava Pe. Henrique. Sacerdotes, catequistas, freiras, membros de organizações de apostolado adotam novas atitudes frente ao meio em que vivem, a fim de inserir-se melhor nas comunidades populares. Habitualmente essa presença não tem um objetivo concreto, a não ser o desejo de uma maior solidariedade com os oprimidos, procurando amizade. Trata-se de um trabalho anônimo, na solidão e insegurança, às vezes, sem canais de comunicação a nível de Igreja. É uma presença vivencial, de testemunho. Não elimina o problema de uma presença mais crítica, mas é ponto de partida fundamental também para questionar a pseudo visão crítica dos agentes.

Surgem, então, as Comunidades Eclesiais de Base, uma das novidades mais importantes da Igreja da América Latina. Não é presunção afirmar que seu berço foi o Nordeste, sem pretender a exclusividade. Sem dúvida cabe distinguir entre a "fundação" preconizada e o desenvolvimento destas comunidades, onde ele se realiza de fato. No Plano de Pastoral de Conjunto a formulação

mantém um movimento da cúpula para a base, sobressaindo uma preocupação mais interna: "Na situação brasileira, as paróquias, no seu estado atual, não têm condições de se constituírem nestas comunidades vivas, missionárias e educadoras da fé". Na prática nordestina há o encontro concreto de agentes de pastoral com a vida comunitária em certos povoados, bairros, grupos informais e formais de pessoas. Estas comunidades representam uma alternativa mais vital às antigas organizações eclesiais (irmandades, círculos, associações, ação católica etc.). Têm como característica uma maior espontaneidade e aderência à vida local do povo: são grupos de moradores de um bairro, pessoas relacionadas pelo trabalho, ou pelo estudo, clubes espontaneamente surgidos de uma necessidade socialmente sentida.

Através destas comunidades a Igreja abre-se ao povo, às massas. Apesar de serem, habitualmente, grupinhos numericamente limitados, tal orientação pastoral significa, de um lado, a entrada do povo na Igreja, como participante e ator, e do outro, a abertura da Igreja aos verdadeiros problemas, necessidades e aspirações das massas. É por esse caminho que a Igreja consegue fazer a vinculação entre o "Pai nosso" e o "Pão nosso". É por esse caminho que se opera um progressivo distanciamento da autoridade política e da classe burguesa para aproximar-se das classes populares. Nas palavras do Cardeal D. Avelar Brandão Vilela: "A consciência religiosa não quer ser o ponto de apoio para a garantia de privilégios de uma pequena minoria contra a esmagadora maioria da população".

Alguns movimentos tradicionais ou novos continuam ou surgem no Nordeste. Devemos lembrar o Movimento de Evangelização a partir dos bairros de Recife, a Animação Cristã do Meio Rural, a Pastoral Rural, a Ação Católica Operária etc. São todos movimentos bem presentes nos setores populares, constituindo núcleos de resistência e de denúncia também nos anos mais duros da repressão. Em 1970 a ACO publicava um documento de denúncia, afirmando que "ao trabalhador do Nordeste é proibido ser homem". Foi a dolorosa conclusão a que chegou um grupo de militantes operários das diversas cidades do Nordeste, depois de prolongada pesquisa sobre a realidade da vida operária na região.

Ampliando o espaço geográfico do Nordeste, até o Centro-Oeste e a Amazônia, regiões que podem constituir o Nordeste amplo, devemos lembrar o nascimento em Goiânia, no ano de 1975 da Comissão Pastoral da Terra, que em pouco tempo se estendeu ao Brasil todo. Não se tratava de criar um movimento de trabalhadores rurais cristãos, mas de a Igreja abrir-se à problemática dos posseiros, violentamente expulsos de suas terras, solidarizando-se com eles e ajudando sua luta. A "questão da terra" tomava-se ponto de partida e conteúdo mesmo da evangelização. A importância da iniciativa e a novidade da orientação pastoral são comprovadas pelos seus frutos. As próprias, CEBs, que depois de alguns anos de vida estavam sofrendo um processo de fechamento, foram reanimadas com essa perspectiva de ir ao encontro dos conflitos concretos vividos pelas classes populares.

O crescimento no Nordeste amplo de uma Igreja popular, não em contraposição à Hierarquia, mas no sentido de uma Igreja integrada efetivamente pelo povo participante e a serviço do povo, teve seu reconhecimento e sua sistematização teórico-oficial em dois documentos eclesiais, saídos aos 6 de maio de 1973 em Goiânia (*Marginalização de um Povo*) e em Recife (*Eu ouvi os clamores do meu povo*), assinados por bispos e superiores religiosos. Sem esquecer seus limites, podemos reconhecer o grande avanço da Doutrina Social da Igreja nesses dois documentos. São documentos engajados, conseguindo um compromisso concreto por suas perspectivas regional e popular; utilizam uma prévia análise sociológica da realidade; abandonam o modelo de "desenvolvimento" para assumir a perspectiva de "libertação"; recusam dirigir-se aos poderosos, mas escolhem conscientemente os setores populares, confiando em seus valores e sua capacidade de organizar. É o reconhecimento oficial, mesmo que parcial, de toda uma caminhada de comunidades populares e de

agentes de pastoral vivendo e testemunhando uma situação social gritante e exigindo uma mudança radical da Igreja.

Tal mudança continua em andamento. A pastoral popular sofre imediatamente a influência da situação econômico-política. Nos anos da repressão mais violenta (1969-1973), o posicionamento mais firme da Igreja foi resposta ao ataque do Governo que não poupou CNBB. Foi um posicionamento ao lado dos pobres porque "contra o Estado". Mais recentemente, teve que confrontar-se com a problemática política da "abertura" e das eleições de novembro de 1982; ficou questionada pela tremenda seca que assolou o Nordeste nestes últimos 6 anos. Não vamos lembrar essa história, preferimos apresentar alguns questionamentos para iluminar a caminhada atual. Reencontramos, mesmo que num contexto diferente, problemas e tensões que apareceram na crise antes de 64.

3. ALGUNS QUESTIONAMENTOS

3.1. O poder dentro da Igreja

É inegável a grande mudança, já visível em muitos lugares, pelo que se refere à estrutura interna da Igreja, à questão do poder e das relações entre os diferentes membros da Igreja. A Igreja popular é uma realidade, significando uma maior presença de setores populares dentro dela, com possibilidade de participação maior e com peso considerável nas várias decisões a serem tomadas. As CEBs comprovam isso com sua grande diferenciação. Têm seu dinamismo próprio, são espaços onde o povo pode falar e rezar conforme seu desejo e necessidade, têm sua produção literária acessível e criada, muitas vezes, por pessoas iletradas... O conteúdo debatido e as lutas enfrentadas, de caráter mais "secularizado", são outra prova de uma maior democratização interna. O povo tem mais possibilidade de debater seus problemas concretos, que são problemas de saúde, de moradia, de sobrevivência, de trabalho, de relacionamento...

Tudo isso pode ser constatado em muitos lugares e é, certamente, sinal de uma mudança. Mas daí a concluir que a Igreja conseguiu redistribuir seu poder interno, o caminho é longo! Devemos reconhecer a grande capacidade da autoridade eclesial em manter ou recuperar seu poder. Fala-se habitualmente do controle dos padres ou de certos animadores, chamados, por isso, de mini-padres. Vamos aprofundar um pouco mais essa questão.

Não devemos esquecer o peso institucional da Igreja. Sua estrutura é hierárquica, o controle e as decisões vêm de cima. A nível de eleição de bispos ou de nomeação de vigários não foi mudado nada. Afirmamos a função particular da hierarquia, no que se refere à interpretação dos dados da fé e à condução da igreja, e a importância da instituição para dar segurança e apoio, criar continuidade, dar unidade etc. Questiona-se o exercício "autoritário" na linha do poder e não do serviço, a exclusão de outras responsabilidades, a intervenção em campos não próprios etc. Na prática, na medida em que a hierarquia (bispos e padres) intervém, pode esvaziar certo conteúdo popular e impor necessidades próprias. No último encontro nacional das CEBs, em Canindé, uma carta das CEBs da Arquidiocese de Goiânia criticava o Regional da CNBB que - talvez com a boa intenção de colaborar - mandou todas as orientações de cima, burocraticamente, quebrando a tradição de dinâmica de base que têm as CEBs. Isso aconteceu noutros Regionais. Exigência inevitável de um movimento que cresce?

A falta de padres - agentes intermediários entre bispos e povo - e a ausência de movimentos de classe média como na época da AC antes de 1964, levaram a hierarquia a assumir diretamente, em primeira pessoa, a pastoral popular. Muitas vezes tal situação é considerada como um passo de democratização. Se de um lado o contato mais direto do bispo com o povo pode levar a uma

mudança do exercício do poder, na linha de um efetivo serviço, doutro lado devemos também ter presente que a manipulação do povo ou do grupo dos animadores populares é mais fácil quando não existe a mediação dos padres ou da classe média, com maiores possibilidades de questionar a autoridade última. "Tocamos aqui, num ponto que permite refletir sobre o equívoco de colocar um sinal positivo, de maneira automática e sem maiores distinções, nos movimentos sociais, apenas porque surgem na base das instituições. A força de estereotipar uma crítica das elites, termina-se por esmaecer a possibilidade de forças políticas profundamente autoritárias virem "de baixo", as quais, longe de levar a uma ruptura com o poder estabelecido, entram em sua via de reforço. O peso destes movimentos torna-se maior se houver uma convergência entre a ação "espontânea" vinda da base e uma direção centralizada e calculada proveniente do alto".

A consideração da produção da reflexão teórica é outro exemplo que permite descobrir o persistente autoritarismo eclesial. Permanece ainda um grande abismo entre, de um lado, a linguagem técnica e o intelectualismo de certos documentos oficiais e da reflexão sociológica e teológica, mesmo que se trate da teologia da libertação, e do outro, o antiintelectualismo presente no trabalho de base. Essa distância é assumida conscientemente por muitos agentes de pastoral e assessores, quando consideram unicamente deles as tarefas de fornecer instrumentos de análise, de sistematizar e teorizar os dados fornecidos pelo povo ou de formular projetos alternativos. Devemos reconhecer o avanço popular dos documentos oficiais na medida em que se solidarizam com o povo e tratam seus problemas. É também evidente que existem conhecimentos diferentes. Mas a possibilidade de análise e de teorização não pode ser reservada aos intelectuais, caso contrário os setores populares continuarão sempre dependentes e serão levados onde eles não querem pelo "padre" ou pelo "doutor". Os exemplos, também na Igreja popular, são fáceis.

Encerrando esse ítem, achamos importante lembrar os fatos antes de 64: a importância que assumiu o problema disciplinar dentro da Igreja em relação aos movimentos leigos, como se colocou e como a instituição reagiu. O contexto hoje é diferente, mas pode continuar uma dinâmica semelhante.

3.2. CEBs, modelo de uma nova sociedade?

No encontro de Canindé, das CEBs, o tema foi exatamente "CEBs, povo unido, semente de uma nova sociedade". Numa perspectiva de fé comprometida com a vida e de Igreja aberta para o povo e a problemática social, é evidente que se pense na nova sociedade. Como não exigir uma mudança diante da situação de fome da maioria dos nordestinos?

Na medida em que as CEBs introduzem dentro da Igreja novas relações de participação e novos instrumentos de convivência, haverá um refluxo positivo na problemática mais ampla da sociedade toda. Novas forças estarão disponíveis, ensaios de democracia poderão iluminar outros caminhos. Mas considera as CEBs, inicialmente propostas como instrumentos de renovação da estrutura interna da Igreja, agora como padrão organizatório para toda a sociedade, pode ser perigoso. A imagem da semente é uma imagem evangélica, com um conteúdo teológico de "fraqueza-poder", "morte-ressurreição", presença da "graça", que não pode ser entendido, assim sem mais, somente em sentido sócio-político, como de fato acontece. Muitas vezes, há uma mistura de duas linguagens, teológica e sociológica, que pode criar confusão e equívocos.

Quando na pastoral popular se fala da nova sociedade, existe um certo triunfalismo eclesial e muito idealismo. Confunde-se a perspectiva da utopia evangélica com o concreto da realidade eclesial e política. Uma análise sociológica das CEBs no Nordeste leva a reconhecer que se trata de pequenos grupos (o povo é sempre bem mais amplo!), muitas vezes fechados. Constata-se que facilmente viram seitas. Depois de 1982 em vários lugares do Nordeste falou-se em esvaziamento das CEBs. Num encontro no Maranhão, diante desta constatação, foi apresentada a necessidade de "sair da

Arca de Noé"!

Não negamos a fecundidade evangélica da abertura política da pastoral popular no Nordeste. E a caminhada deve continuar. Diante de certos esvaziamentos das CEBs durante os últimos anos, alguns grupos refugiaram-se num trabalho exclusivamente bíblico. Pode ser um recuo tático conveniente, mas pode enfraquecer o necessário conteúdo político da opção de fé, sob pena de esvaziar a própria fé.

A nova sociedade deve ser construída com a participação de todas as forças integrantes a sociedade. Quando as CEBs pensam "seu projeto de sociedade", correm tremendo perigo de isolamento e, mesmo não querendo, vai ser difícil evitar a solução tipo "cristandade" ou "neo-cristandade de esquerda". Torna-se mais difícil o relacionamento com outros setores da sociedade, que têm outros projetos, talvez igualmente ou mais populares e eficazes. Entra-se no caminho difícil das alianças. Ou, pior ainda, assume-se uma atitude de defesa e de condenação de outros movimentos que julgamos instrumentalizar o povo. E introduzido, uma vez mais, um elemento de fechamento, que não somente impede "sair da Arca de Noé", mas pode significar, também em termos políticos, uma contribuição a menos para construir a nova sociedade. O contrário daquilo que se deseja.

Seria importante recuperar a memória histórica dos fatos anteriores a 64: avaliar a experiência e os resultados do sindicalismo cristão, da colaboração com as esquerdas, das alianças feitas; considerar a contribuição recebida, as tensões vividas ou eliminadas...

Podemos desdobrar um pouco mais esse ponto, introduzindo um último questionamento.

3.3. A politização da pastoral

Não negamos a fecundidade evangélica da abertura política da pastoral popular no Nordeste. E a caminhada deve continuar. Diante de certos esvaziamentos das CEBs durante os últimos anos, alguns grupos refugiaram-se num trabalho exclusivamente bíblico. Pode ser um recuo tático conveniente, mas pode enfraquecer o necessário conteúdo político da opção de fé, sob pena de esvaziar a própria fé.

O que se questiona é a identificação teórica do compromisso pastoral com o engajamento partidário. Em muitos ambientes da pastoral popular o engajamento com o povo foi evoluindo no sentido de achar que o quente da luta fosse a prática partidária. Vários esquemas teóricos apresentavam a necessária evolução, das CEBs para o Sindicato até o Partido. A pastoral de Crateús sintetizou na célebre imagem dos "três paus": facão, foice e machado. O facão são as CEBs que iniciam o trabalho desmatando o mato; a foice são os movimentos populares - quase sempre reduzidos ao sindicato - que vão abrindo o caminho e desenvolvendo a consciência política; o machado é o partido político para derrubar as árvores grandes. Com isso dava-se a impressão que a maior força política do povo estivesse no sindicato e no partido. Dom Frago, bispo de Crateús, confirma isso: "O compromisso sindical é a expressão visível do compromisso evangélico (...). A luta de classe é feita, primeiramente, a nível da comunidade, como luta sindical. O povo se organiza em pequenas categorias profissionais, dentro de seus sindicatos, para lutar contra a opressão e contra a organização da classe opressora". Isso pode valer para a situação de Crateús, mas não pode ser generalizado, pois, numa análise política concreta, em muitos lugares, sindicato e partido, apesar de terem nascido dos movimentos populares, são espaços controlados pelo governo e pelos patrões, onde o povo tem menor poder.

Quanto ao partido, com muita pressa apelou-se para uma filiação partidária, prevalecendo habitualmente o Partido dos Trabalhadores como mais autêntico. As justificativas nem sempre eram

de caráter político, sendo que com facilidade entraram razões evangélicas que nada tinham a ver com a escolha do PT.

Foi importante, e continua sendo, pelo menos a nível de amadurecimento político, o engajamento partidário de muitos setores de Igreja. Introduziu na prática de alguns partidos uma dinâmica diferente, mais de base e mais democrática. Reconhecemos, também, que pode ser inevitável e necessário, em muitas conjunturas concretas, a identificação prática do grupo de Igreja com uma tendência sindical ou partidária.

Questiona-se a escolha política fundada, não somente a nível de motivação última de fé mas também a nível de critérios imediatos, nos dados do evangelho e da teologia, eliminando a autonomia do político propriamente dito e absolutizando uma escolha contingente.

Questiona-se, também, a visão política que prioriza o movimento popular na participação em certas formas de organização historicamente já dadas, como o sindicato e o partido. O movimento popular não somente é mais amplo, mas apresenta formas de luta, em que o povo - na conjuntura atual - consegue enfrentar a classe opressora com mais poder que no sindicato ou no partido. Isso não significa excluir sindicato e partido, mas considerá-los dentro de uma outra ótica política.

No Nordeste, a nível de base, muitos trabalhadores atualmente estão percebendo tais problemas e se questionam sobre instrumentos utilizados, que apareceram como os melhores, mas que de fato estão afastando do caminho por eles traçado e estão enfraquecendo a luta.

Ficaria o problema propriamente teológico do papel político da Igreja. Uma demasiada identificação com correntes sindicais ou partidos políticos pode criar limitações à sua missão e enfraquecer até sua contribuição política ao processo global. Hoje, também, fala-se de sindicato dos padres e de partido da Igreja. A experiência pré-64 - os sindicatos cristãos, as alianças com os grupos de esquerda, a formação da AP, as divergências políticas, a pressa das elites - pode ensinar muita coisa.

4. CONCLUSÃO

Temos acompanhado a caminhada da Igreja nordestina na direção de uma abertura sempre maior para os setores populares. Essa caminhada tem suas raízes nos movimentos de classe média e populares anteriores a 64. Seu desaparecimento teve como conseqüência um reflorescer dessa abertura em dimensões mais amplas. A Igreja continua com sua consciência histórica, procurando acompanhar seu tempo com uma visão mais classista. A opção pelos pobres concretiza-se no Nordeste na solidariedade com as lutas dos posseiros por suas terras, com a situação de milhões de flagelados pela seca, com a resistência escondida de milhares de bóias-frias, com as reivindicações das grandes massas que ocupam as periferias das cidades...

A tensões não faltam. Como antes de 64, também hoje a pastoral popular se confronta com os problemas do autoritarismo interno, da relação fé e política, do diálogo com outros grupos e movimentos. Pela experiência passada parece importante não eliminar as tensões com soluções simplistas, mas saber reconhecer a densidade da história e entrar nela. A caminhada é comprida.

Para terminar, à maneira de síntese, desejamos apresentar três perspectivas renovadoras presentes na pastoral nordestina. Toda distinção é relativa. Trata-se simplesmente de constatar diferentes atitudes e posicionamentos que caracterizam agentes de pastoral e animadores, aqueles que - mais conhecidos ou mais anônimos - tomaram sobre si, e continuam tomando - o esforço para renovar e atualizar a face da Igreja. Tentamos descrever brevemente tais atitudes, vendo suas diferenças, sem

querer pronunciar um julgamento, e sabendo que na prática estão misturadas entre si, muitas vezes tratando-se simplesmente de maior ou menor acentuação de uma a preferência da outra.

a) Renovação Interiorizante

No contato com o povo preocupa-se prioritariamente em reconhecer e favorecer o aspecto propriamente religioso. Quer alimentar a fé em Jesus Cristo, respeitando a religiosidade popular, desenvolvendo uma catequese renovada, atualizando a liturgia. Tem uma perspectiva mais interna, favorecendo a organização, os quadros e os conteúdos eclesiais. Está preocupada com a diminuição da fé, com as desistências na Igreja e com o crescimento de outras Igrejas ou religiões. Atua indiscriminadamente com todos os setores da sociedade. Abre-se à problemática social a partir da exigência da fé e como consequência desta. Procura os pobres e entra em contato com eles para ajudá-los, tentando resolver de imediato, na medida do possível. Sua ação concreta é mais de assistência.

b) Perspectiva Militante

Privilegia a situação concreta dos setores populares, vendo o rosto de cada categoria explorada e procurando comprometer-se com a luta do povo. Assume uma perspectiva de classe. Supera o dualismo espiritual-material, vendo encontro com o pobre como fato espiritual, questionador e alimentador da própria fé. A preocupação é mais externa, mais profética e mais política: adquire importância fundamental o problema da superação da opressão, da mudança da sociedade da organização do povo. Daí as denúncias contra as injustiças. Daí o interesse e o relacionamento com o movimento popular, as associações de bairro, os sindicatos, os partidos. A fé revela sua face política: exige comprometimento e é vivida nessa luta. Preocupa-se com a contribuição que a Igreja pode dar para um projeto de sociedade nova. E nesse projeto a Igreja deve estar presente com seus movimentos.

c) Atitude Ecumênica

À diferença das duas atitudes anteriores, é mais educativa. Dentro de uma opção clara pelos pobres, numa visão classista, coloca como prioritário o respeito para a responsabilidade e a liberdade dos outros, pessoas e grupos. Colabora para que o povo faça sua escolha, seja em termos de fé, seja em termos políticos. Tem uma visão de Igreja como "instrumento", no sentido que deve estar à disposição e a serviço dos outros. Não é proselitista, não se preocupando com a força numérica de seus quadros ou com o crescimento de outras organizações. Considera a pastoral mais como espaço de troca que de articulação, um espaço de convivência dialógica e posições políticas diferenciadas. Procura descobrir e reconhecer o esforço de comunhão de todas as pessoas e de todos os grupos. Apóia iniciativas de outros. Vive esse ecumenismo numa perspectiva de fé, colocando com sua atitude vivência! a pergunta para os outros e deixando a liberdade da resposta.

Essas três atitudes podem ser encontradas em muitos agentes e animadores da Igreja nordestina. Mas continua o processo de aprendizagem. Quando o povo participa na Igreja, nunca termina a exigência de conversão para uma sempre maior fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo.